

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
GABINETE DO CONSELHEIRO SUBSTITUTO
CHRISTIANO LACERDA GHUERREN

PROCESSO: TCE-RJ nº 215.685-3/2024
ORIGEM: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELFORD ROXO
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO
INTERESSADO: SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO (SGE)

DECISÃO MONOCRÁTICA GCS-3

Art. 149 do Regimento Interno –TCE-RJ
(Deliberação TCE-RJ nº 338, de 08 de fevereiro de 2023)

REPRESENTAÇÃO FORMULADA PELA SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO DESTE TRIBUNAL COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR. IRREGULARIDADES EM ATOS DE ADMISSÃO DE PESSOAL. CONTRATAÇÕES POR PRAZO DETERMINADO FORA DOS PARÂMETROS LEGAIS. DEFERIMENTO DE TUTELA CAUTELAR. COMUNICAÇÃO. REMESSA.

Cuidam os autos de Representação com pedido de Medida Cautelar, formulada pela Secretaria Geral de Controle Externo - SGE, através da Coordenadoria de Auditoria de Admissão e Gestão Pessoal – 1ª CAP, na forma do art. 108, inciso V, do Regimento Interno deste Tribunal, em virtude de fundado receio de grave lesão ao erário decorrente de irregularidades cometidas pela Prefeitura Municipal de Belford Roxo, na contratação de servidores temporários sem a devida demonstração do excepcional interesse público.

A Coordenadoria de Auditoria de Admissão e Gestão Pessoal – 1ª CAP, em sede de rotina fiscalizatória, identificou através do Portal BI, em observância aos critérios delineados na Resolução TCE-RJ n.º 422/2023, um aumento significativo no número de servidores contratados por prazo determinado vinculados à Prefeitura Municipal de Belford Roxo nos últimos meses, o que pode resultar em grave dano ao erário.

Nesse sentido, e lastreada nos critérios de risco, materialidade, relevância e oportunidade, reputando presentes o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*, requer,

dentre outras medidas, a concessão de tutela provisória para que o jurisdicionado se abstenha de formalizar novas contratações por prazo determinado, oriundas das vagas inicialmente previstas no Edital nº 001/24, assim como daquelas que possam ser delineadas em iminentes editais substitutivos, excetuando-se, única e exclusivamente, as hipóteses de comprovado excepcional interesse público, devidamente motivado e documentado.

O presente processo foi distribuído à minha relatoria para análise da tutela requerida, sem ter havido prévia manifestação do Ministério Público de Contas.

É o Relatório.

Em breve síntese, a presente Representação está fundamentada no inc. V do art. 108 do Regimento Interno, que atribuiu ao Secretário-Geral de Controle Externo a possibilidade de representar ao Tribunal de Contas em face de irregularidades verificadas em decorrência de fiscalizações ou auditorias.

Neste sentido, a Coordenadoria de Auditoria de Admissão e Gestão Pessoal – 1ª CAP, embasada em critérios de risco, materialidade, relevância e oportunidade definidos por esta Corte, formulou proposta de concessão de tutela provisória, por meio da peça eletrônica datada de 20/06/2024, cuja conclusão tem o seguinte teor:

5 – PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Ante o exposto, sugere-se a adoção das medidas abaixo relacionadas:

*I – O **CONHECIMENTO** desta Representação, por estarem presentes os pressupostos de admissibilidade nos termos do art. 109 do RITCERJ.*

*II – A **CONCESSÃO DE TUTELA PROVISÓRIA**, nos termos do art. 149 do Regimento Interno do TCE-RJ, para determinar ao Chefe do Executivo Municipal a suspensão de novas contratações por prazo determinado, oriundas das vagas inicialmente previstas no Edital nº 001/24, assim como daquelas que possam ser delineadas em iminentes editais substitutivos, excetuando-se, única e exclusivamente, as hipóteses de comprovado excepcional interesse público, devidamente motivado e documentado.*

*III – A **COMUNICAÇÃO**, nos termos do art. 15, I, do RITCERJ, ao atual titular da Prefeitura de Belford Roxo, para que se pronuncie quanto ao mérito desta representação, no prazo legal, devendo apresentar esclarecimentos de fato e de direito que entender pertinentes e juntar os documentos que reputar necessários à comprovação de suas alegações, além de:*

a) Remeter ao Tribunal, para análise e registro, as fundamentações fáticas e jurídicas que, juntamente com o dispositivo legal próprio, foram utilizadas como arrimo para respaldar as contratações por prazo determinado dos servidores listados no anexo "CPDs novas contratações";

b) Encaminhar os editais de processo seletivo que deram origem às contratações temporárias da listagem supramencionada, incluindo detalhes do processo de seleção, critérios de avaliação e critérios de escolha dos candidatos;

c) Encaminhar o rol de servidores contratados por prazo determinado que, além de permanecerem com o vínculo funcional ativo em prazo superior ao estipulado pelo diploma legal de regência, excederam o prazo de doze meses, incluídas eventuais prorrogações; e

d) Informar de maneira detalhada as atribuições desempenhadas e a lotação dos servidores temporários designados sob o título de "zelador".

IV – A EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO ao Ministério Público Eleitoral, para ciência e adoção de medidas cabíveis diante das suspeitas de abuso de poder político e econômico, visando a exercer influência indevida e ilegítima no processo eleitoral.

V – A EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO ao Ministério Público, para ciência e adoção de medidas cabíveis diante das possíveis condutas configuradoras de improbidade administrativa.

VI – Não acatadas as eventuais justificativas apresentadas, seja, por fim e na etapa processual oportuna, julgada **PROCEDENTE** esta Representação, a fim de que sejam adotadas as seguintes providências:

a) A **COMUNICAÇÃO**, nos termos do art. 15, I, do RITCERJ, ao atual titular da Prefeitura de Belford Roxo, para que adote as seguintes medidas com o fim de sanar as irregularidades identificadas, sem prejuízo de outras que entender pertinentes, alertando-o de que a ausência de ações efetivas direcionadas ao saneamento das irregularidades apuradas neste administrativo poderá ser considerada por este Tribunal de Contas como conduta capaz de impactar na análise da prestação de contas de governo do Sr. Wagner dos Santos Carneiro, respeitados os procedimentos previstos na Deliberação TCE-RJ nº 285/2018 c/c a Portaria SGE n.º 08/2024:

a.1) Rescinda, de imediato, os contratos referentes a funções que não atendam aos requisitos exigidos para a admissão por meio de contratação temporária e que, em virtude de sua natureza, não causariam impacto significativo na continuidade da prestação de serviços;

a.2) Para os casos considerados irregulares, mas cujos contratos se refiram a funções consideradas essenciais, proceda gradualmente à substituição destes por servidores efetivos, respeitando as restrições impostas pelo art. 21, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal, ou, caso entenda pertinente, opte pela terceirização dos serviços, nos casos admitidos pela legislação de regência; e

a.3) Abstenha-se de realizar novos contratos temporários nas situações em que não restem caracterizados os pressupostos exigidos para esse instrumento admissional.

Em sede de exame sumário, verifico que o Corpo Instrutivo aponta a existência de indícios de que a Prefeitura Municipal continua admitindo pessoal em moldes contrários à legalidade, notadamente no que diz respeito às contratações temporárias por prazo determinado, inchando a máquina pública de maneira desmesurada e em claro desprezo às decisões proferidas por este Tribunal.

De acordo com o parecer do Corpo Técnico, foi observada reiterada conduta do gestor municipal, admitindo servidores ao arrepio dos ditames legais, pautando-se, no caso das contratações temporárias, em justificativas esvaziadas de conteúdo que demonstrem clara necessidade emergencial e imprevisibilidade e, ainda, prorrogando contratos independentemente do prazo máximo admitido na lei e na jurisprudência pátrias.

Considerando a existência de indício de transgressão aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade e moralidade na gestão pública, ao proceder à contratação maciça de servidores temporários sem a devida demonstração do excepcional interesse público, verifico a presença do *fumus boni iuris*, essencial à concessão da cautelar requerida.

A par da caracterização do *fumus boni iuris*, tendo em vista o risco iminente ao erário caso as contratações por prazo determinado continuem a ser formalizadas ao arrepio do ordenamento jurídico pátrio, **reputo necessária, com fundamento no poder geral de cautela, a suspensão de novas contratações por prazo determinado, oriundas das vagas inicialmente previstas no Edital nº 001/24, assim como daquelas que possam ser delineadas em iminentes editais substitutivos, ao menos até a prestação dos necessários esclarecimentos pelo Gestor Municipal.**

Isto posto, em sede de cognição sumária e com fulcro no art. 149 do Regimento Interno deste Tribunal, profiro:

DECISÃO MONOCRÁTICA:

I- Pelo **DEFERIMENTO DA TUTELA PROVISÓRIA** pleiteada, determinando-se ao atual Prefeito do Município de Belford Roxo que se abstenha de formalizar novas contratações por prazo determinado, oriundas das vagas inicialmente previstas no Edital nº 001/24, assim como daquelas que

possam ser delineadas em iminentes editais substitutivos, excetuando-se, única e exclusivamente, as hipóteses de comprovado excepcional interesse público, devidamente motivado e documentado.

II- Pela **COMUNICAÇÃO** ao atual Prefeito do Município de Belford Roxo, com base no art. 15, inciso I do Regimento Interno desta Corte, para que, **no prazo de 15 (quinze) dias**, se pronuncie quanto ao mérito desta Representação, devendo apresentar esclarecimentos de fato e de direito que entender pertinentes e juntar os documentos que reputar necessários à comprovação de suas alegações, além de:

- a) Remeter ao Tribunal, para análise e registro, as fundamentações fáticas e jurídicas que, juntamente com o dispositivo legal próprio, foram utilizadas como arrimo para respaldar as contratações por prazo determinado dos servidores listados no anexo “CPDs novas contratações”;
- b) Encaminhar os editais de processo seletivo que deram origem às contratações temporárias da listagem supramencionada, incluindo detalhes do processo de seleção, critérios de avaliação e critérios de escolha dos candidatos;
- c) Encaminhar o rol de servidores contratados por prazo determinado que, além de permanecerem com o vínculo funcional ativo em prazo superior ao estipulado pelo diploma legal de regência, excederam o prazo de doze meses, incluídas eventuais prorrogações; e
- d) Informar de maneira detalhada as atribuições desempenhadas e a lotação dos servidores temporários designados sob o título de “zelador”.

III- Pela **REMESSA** dos autos à SGE, para que impulse o feito e adote as demais providências cabíveis.

GCS-3,

CHRISTIANO LACERDA GHUERREN

Conselheiro Substituto